

After all tomorrow is the day after

4 MAR 1988

O ministro Mafson da Nóbrega é um homem de boa fé. Um puro, politicamente. Nem sempre tecnocrata é pejorativo. Ele é apenas isto: um tecnocrata não pejorativo. Foi chamado depois de esgotada, para Sarney, a instância política. Acreditou piamente que estava ali para fazer o que os ministros do PMDB que o precederam não pensaram em fazer porque eram ministros do PMDB, cujo negócio não é o bem do Brasil, mas ganhar eleições.

Não, portanto, para ganhar uma futura eleição, mas para ganhar, em primeiro lugar, a batalha contra a inflação para poder liberar, em seguida, as ilimitadas potencialidades da economia brasileira, única fórmula — e tão simples — capaz de proporcionar num futuro não muito distante, a todos trabalhadores brasileiros, o padrão de vida compatível com a dignidade humana que jamais nenhum desvario constitucional poderá proporcionar. Ele sabe que a economia não obedece a leis engendradas e escritas pelos homens, pelos políticos, nem se submete aos caprichos ambiciosos daqueles que têm a veleidade de construir países. Ela tem as suas próprias leis que os homens não podem revogar em função de interesses, desejos ou ambições pessoais, sob pena de não atenderem jamais, plenamente, a interesses, desejos e ambições coletivas que são a matéria-prima das construções políticas.

O jovem ministro Mafson, que nunca encarou os problemas da economia senão com os olhos da objetividade, porque não é um engajado da política, ou da ideologia, mas apenas um tecnocrata não pejorativo, está dando todas as provas de que acreditou honestamente que as consequências dramáticas das experiências dos que têm a pretensão de regulamentar a dinâmica da economia lhe permitiriam encontrar o apolo do governo para aplicar a sua receita de racionalidade, bom senso e pragmatismo humilde.

Ilusão de noiva! O jovem ministro Mafson da Nóbrega, nestes últimos dois ou três dias, perdeu a inocência, deixou de ser ingênuo. Conheceu, in the hard way, como dizem os norte-americanos, a realidade de um mundo que se recusa a ver a realidade. Sabe, agora, o que significa a carta branca de um presidente que nunca teve a coragem de outorgar a si próprio uma carta branca para fazer o que sua consciência indicasse que era melhor para o povo que governa. Sabe agora quais são as verdadeiras prioridades para os homens que preenchem os quadros de um governo que no início do seu quarto ano de mandato — o ano fatídico — jamais olhou para fora das janelas dos seus palácios. Um governo que se consome nas dissensões internas. Que faz um dia uma reunião de ministros favoráveis a Sarney e, no outro, uma reunião dos ministros inimigos de Sarney.

Mafson da Nóbrega e João Batista de Abreu, depois de tantas reuniões onde o patético presidiu ao espetáculo, estão sós. Como costumam escrever alguns colegas da imprensa que não têm culpa de terem frequentado escolas de comunicações, todos foram unânimes em rejeitar o remédio heróico que, apesar de sê-lo, seria apenas um paliativo. Todos, até o presidente, que, acreditamos, teria mantido a carta branca até contra a unanimidade dos outros ministros civis. Mas, que ele podia fazer depois que o primeiro a ser unânime foi o ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas?

Aí o patético a que nos referíamos. Os jornais contam que “um argumento exposto pelo ministro-chefe do EMFA durante a reunião do Conselho de Desenvolvimento da manhã foi muito retomado (sic) à tarde. Segundo Camarinha, com uma inflação de 18% ao mês, três meses de congelamento (março, abril e maio, em que incidirá a URP de 16,19%) significariam 64,3% de inflação acumulada contra o bolso do funcionário do setor público. E, “a partir daí” — continua o relato dos jornais —, “uma pergunta era feita com insistência: quem garante a tranquilidade no País com uma perda dessas na área militar e civil?”

64,3% de inflação em três meses (e serão muito mais com o reajuste para os funcionários) não assustam o brigadeiro — chefe do Estado Maior do EMFA. O que o assusta, e ninguém pode criticá-lo por isso, é a certeza de que os comandos perderiam o controle da tropa “com uma perda dessas na área militar e civil”.

Tranquilizado com a garantia de que “uma perda dessas” não vai ocorrer imediatamente, agora que as medidas sugeridas pelo ministro foram deixadas de lado, o brigadeiro Camarinha e os outros chefes das Forças Armadas terão tempo para pensar no que acontecerá com a “tranquilidade na área militar e civil” quando o total descontrole das finanças públicas produzir a hiperinflação que não permite qualquer tipo de artifício para compensar, não as desvalorizações dos salários, mas a pulverização dos salários. Não vai demorar.

Não estamos criticando o comportamento do chefe do EMFA. Ele agiu como qualquer ser humano normal que numa situação crítica como a que se verifica nas corporações militares só vê o dia de hoje. After all tomorrow is another day, como diria Scarlett O'Hara. Ainda que quase fatalmente, no caso em pauta, after tomorrow virá o day after...

Como evitá-lo num país onde o presidente não tem forças para se impor ao seu governo sem conceder o abreviamento do advento do desenlace e os generais não têm forças para controlar suas tropas sem obrigar o presidente a fazer a concessão?

Só o que não podemos admitir, depois deste autêntico golpe militar dentro do governo Sarney (e havia quem temia um golpe em favor de Sarney...), que nos parece o golpe de graça no presidente que já não tinha força política, é que os militares imponham como alternativa para o que tinha que ser feito e não pôde mais um choque heterodoxo como aquele que nos trouxe até as portas do desenlace.

Mafson da Nóbrega sempre garantiu aos seus amigos que sairia antes de aplicar qualquer novo choque desse tipo.

Não sabemos o que estará passando por sua cabeça neste momento.

Com certeza deve estar pensando, entre outras coisas — se já não decidiu ir embora —, no efeito que terá toda essa patética pantomima no acordo que acaba de ser alinhavado com os nossos credores.

Enquanto isso vamos esperar que os militares não imponham o que não têm o direito de impor: uma política econômica. Há muito tempo que muitos economistas sérios estão convencidos de que em países do grau de imaturidade política do Brasil, sendo a inflação sobretudo um subproduto da política como ela é tradicionalmente feita, a única maneira de debelá-la é permitindo que ela se esgote no seu próprio paroxismo: a hiperinflação. Segundo esses economistas, só a desgraça de todos o permitirá — que nem sempre consolo é — congraçamento geral no famoso pacto social. Mas ninguém pense em “tranquilidade no País com uma perda dessas na área militar e civil”, daqui até lá. O organismo econômico e social brasileiro é bem mais complexo do que o boliviano...

Não se pode esperar que ele se convulsione sem provocar violentos abalos políticos.